

**XV CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Grupo I Matéria "A" DIREITO PENAL E SONEGAÇÃO FISCAL

1a Questão: (Valor 2,0)

Pedro Marinheiro, tencionando subtrair bens da residência de José Tertuliano para o local se desloca. Ainda em via pública, na espreita, constata o momento em que José, juntamente com toda sua família se ausenta, para, então, poder iniciar a empreitada delituosa.

Assim, certificando-se de que não havia mais ninguém na residência, inicia a sua ação. Ao mexer na maçaneta da porta dos fundos da casa, constata que se encontrava aberta, esquecida que fora pelos seus moradores. Todavia, ao iniciar sua entrada na casa para subtrair os bens que a guarneciam, foi surpreendido por vários vizinhos da vítima que o imobilizaram e o impediram de consumir o seu intento (a subtração de bens que guarneciam a residência).

Segundo se apurou posteriormente, Juvenal, vizinho da vítima José, tendo ouvido ruídos suspeitos e sabedor de que não havia ninguém na residência, desconfiou do barulho, chamou os demais vizinhos e logrou evitar o furto.

Poderá ocorrer na espécie a chamada adequação típica de subordinação mediata? Explique.

2a Questão: (Valor 1,0)

Severino, aproveitando-se de um descuido de Clotilde que acabara de ingressar em um Supermercado, dela subtrai um relógio e põe-se em fuga, pedalando rapidamente uma bicicleta. Um policial que por ali se encontrava persegue-o, conseguindo detê-lo acerca de cinqüenta metros do local, imobilizando-o.

Todavia, a despeito de Severino ter sido preso e conduzido perante a autoridade policial, o relógio não foi localizado com ele. Descobriu-se que durante a fuga a rés furtiva veio a cair em um bueiro, tornando impossível a sua restituição à vítima uma vez que há total impossibilidade de acesso ao local.

Tipifique a conduta de Severino.

Justifique suas opções.

3a Questão: (Valor 2,0)

Pode um Promotor de Justiça alegar em sua defesa a inexistência da potencial consciência da ilicitude? Justifique pormenorizadamente.

4a Questão: (Valor 1,0)

Pode haver autoria mediata em crime próprio?

5a Questão: (Valor 2,0)

Manoel, João e Rildo, definitivamente condenados por latrocínio, presos do Complexo Penitenciário Dr. José Mário Alves em Porto Velho, resolvem fugir daquele presídio. Assim, com certa importância em dinheiro trazida por Maria, esposa de Manoel, oferecem-na ao agente penitenciário Leovegildo Júnior, como prêmio para a facilitação da fuga, que, por sua vez, deixa o cadeado da cela aberto para que eles saiam durante o período noturno. Tudo acertado, Leovegildo recebeu o dinheiro e deixou o cadeado aberto. Na noite da fuga, Rildo resolve ainda destruir as instalações da cela como forma de represália ao Diretor do Presídio, no que é auxiliado pelos outros dois comparsas. Durante a destruição, um dos agentes penitenciários percebe a anormalidade e tenta impedir a fuga, momento em que é morto com uma certeira punhalada desferida por João. Em seguida, os três conseguem fugir. Tipifique a conduta de cada agente. Justifique suas opções.

6a Questão: (Valor: 2,0)

Diferencie elisão de evasão fiscal.

Grupo I Matéria "B" DIREITO PROCESSUAL PENAL

1a Questão - valor 4,0 (quatro) pontos:

Em 28/03/2002, por volta das 8h, à Av. 7 de setembro, defronte à Galeria Central, nesta cidade, Bizarro Capiaspirina dos Anzóis (25 anos) e Fróscolo Garrucho Bodocongó (17 anos) subtraíram, para si, um talão de cheques (Banco do Brasil Local), a carteira de identidade e R\$1.500,00 de Yamodo Esparadrappo Brasão.

Para tanto. Bizarro e Fróscolo exerceram grave ameaça (emprego de arma de fogo) em relação a Yamodo, reduzindo o último à impossibilidade de resistência.

No mesmo dia (durante a tarde), Bizarro Cafiaspirina dos Anzóis, com os cheques de Yamodo Esparadrapo Brasão, comprou, na Norte Malhas desta Capital, várias mercadorias.

Ao ensejo das compras, o reportado sujeito ativo exibiu a carteira de identidade de Yamodo Esparadrapo Brasão, dizendo que o documento era daquele (do acusado). A essa altura, o infrator já havia substituído a fotografia original pela fotografia dele (Bizarro).

Com isso, o imputado obteve vantagem ilícita em prejuízo do estabelecimento comercial em relevo, induzindo o respectivo proprietário em erro.

Em estado de flagrância, Terebentino Manganês Pirpirituba (Agente de Polícia Civil) buscou, nesta Comarca, prender o meliante. A emenda saiu pior do que o soneto: o fora-da-lei assassinou o policial.

Para arrematar, Bizarro retirou, em favor de si, o relógio, o revólver e R\$70,00 do finado.

Na condição de Promotor(a) de Justiça, oferecer a denúncia e tomar outras providências que os fatos reclamam.

2a Questão - valor 1/0 (um) ponto:

A acusação pode interpor embargos de declaração? Por quê?

3a Questão - valor 1,0 (um) ponto:

Qual a finalidade mediata do direito processual penal?

4a Questão - valor 1,0 (um) ponto:

O que é ação penal secundária?

5a Questão - valor 1,0 (um) ponto:

O que se entende pelo Princípio da Oportunidade Regrada?

6a Questão - valor 1,0 (um) ponto:

Quando ocorre a competência funcional horizontal por objeto do Juízo?

Grupo II Matéria "A" DIREITO CIVIL E DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Questão 01 - Valor 1,0 (um) ponto:

Segundo dispõe o artigo 459 do Código Civil, uma vez interditado o pródigo, ele ficará privado de, "sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, atos que não sejam de mera administração". Por outro lado, pode ele exercer sua profissão, ocupar cargos públicos e exercer atividade social e política. Pode ele, entretanto, casar-se? Por quê?

Questão 02 - Valor 1,5 (um e meio) ponto:

Que é responsabilidade aquiliana? Cite seus pressupostos e explique no que consiste cada um deles.

Questão 03 - Valor 1,0 (um) ponto:

O herdeiro ou legatário indigno pode ser perdoado? Justifique sua resposta.

Questão 04 - Valor 1,0 (um) ponto:

Qual a diferença entre alimentos provisionais e alimentos provisórios?

Questão 05 - Valor 2,0 (dois) pontos:

Como se distingue a nulidade absoluta da relativa? Quais as diferenças entre elas?

Questão 06 - Valor 2,0 (dois) pontos:

Faça uma ligeira distinção entre os princípios da prevenção e da precaução no Direito Ambiental.

Questão 07 - Valor 1,5 (um ponto e meio):

Em que consiste e quando pode ser aplicado o princípio da renovabilidade nas ACPs?

Grupo II Matéria "B" DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 01 - (Valor 1,5):

Responda às indagações a seguir, justificando com base no dispositivo legal, doutrina e jurisprudência, citando a fonte legal:

- a) O que é preclusão? Como se caracteriza a preclusão pro judicato? E o pedido de reconsideração?
- b) O que é coisa julgada inter omnis?
- c) Quando ocorre a coisa julgada ultra partes?

QUESTÃO 02 - (Valor 2,5):

Responda às indagações a seguir, justificando com base no dispositivo legal, doutrina e jurisprudência, citando a fonte legal:

- a) Quando o Promotor de Justiça ingressa com ação de alimentos em favor de incapaz, poderá exercer sua função concomitante de custos legis?
- b) Qual o efeito do acordo celebrado em execução de alimentos, em que o Ministério Público se fazia presente, mas ausente o advogado dos exeqüentes?
- c) E correia a legitimação do Ministério Público para propor ação de Investigação de Paternidade cumulada com alimentos?
- d) A intervenção do MP é obrigatória nas ações de anulação de venda de imóvel?
- e) O que ocorrerá se, no curso do processo, havendo fundada suspeita de incapacidade da parte, o MP ainda não tiver aludido?

QUESTÃO 03 - (Valor 2,0):

Responda às indagações a seguir, justificando com base no dispositivo legal, doutrina e jurisprudência, citando a fonte legal:

- a) O Ministério Público tem legitimidade recursal em ação acidentária? E se houver transação entre os litigantes?
- b) O Ministério Público possui interesse recursal quando outro membro manifestou-se de forma contrária à sua posição?
- c) Qual a consequência do agravo de instrumento interposto sem a apresentação das razões do pedido de reforma da decisão? O Promotor de Justiça poderá interpor Agravo de Instrumento, protocolado junto ao Tribunal de Justiça onde atuam originalmente os Procuradores de Justiça? O agravante pode juntar as peças do agravo em dia diverso do protocolo das razões recursais?

QUESTÃO 04 - (Valor 4,0):

DISSERTAÇÃO. Elabore o parecer ministerial, em face do seguinte problema:

Joaquim da Silva, Funcionário Público Estadual, inconformado com a decisão da MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho, que julgou procedente Ação de Alimentos e o condenou ao pagamento mensal equivalente a 15% sobre seus rendimentos em favor do filho menor Joaquim da Silva Filho, percentual que incidirá sobre o 13% salário e eventuais verbas rescisórias, devidos desde o recebimento da inicial, bem como das custas processuais e honorários advocatícios, tempestivamente ingressou com apelo. Alega em preliminar: 1º) A incompetência de foro, haja vista residir em Pimenta Bueno; 2º) A nulidade da citação, realizada pelo correio, quando deveria ser por carta precatória; 3º) A nulidade da decisão concessiva dos alimentos provisórios, fixados no mesmo percentual dos definitivos, pois não foram pleiteados na inicial. 4º) A nulidade do feito, vez que o Juiz de Direito solicitou informações do salário do apelante, sem que houvesse tal pedido na inicial. 5º) A nulidade da revelia decretada, pois embora seu advogado estivesse de férias, o apelante compareceu na audiência de conciliação e julgamento e prestou depoimento pessoal, relatando suas dificuldades. No mérito, afirma que seu filho menor renunciou aos alimentos, consoante se depreende de documento particular acostado aos autos, em pacto firmado pelo Apelante e a genitora do Apelado, que recebeu uma casa localizada na Av. Rio Madeira, nº 100, em Porto Velho, onde o Apelado reside, pactuando-se a renúncia expressa aos alimentos, afirmando ainda que o percentual fixado extrapola as necessidades do apelado, que tem 10 anos de idade e é mantido pela sua genitora e tias, enquanto o apelado reside só, em casa alugada de madeira de condições precárias. Regularmente intimado, o apelado ficou inerte. Finalmente, o Juiz de Direito abriu vista ao "parquet" em primeiro grau, para a emissão de parecer.

Grupo III matéria "A" DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO

1a Questão - Valor: 1,0 (um) ponto.

Distinga entre anistia e remissão tributária.

2a Questão - Valor: 1,0 (um) ponto.

As decisões do Senado Federal em processo de impeachment são recorríveis, revisíveis ou contrastáveis pelo Supremo Tribunal Federal? Por quê?

3a Questão - Valor: 2,0 (dois) pontos.

Condenado em ação penal da competência originária do Tribunal de Justiça, o réu interpôs recurso inominado com força de apelação para o Superior Tribunal de Justiça, invocando a Constituição e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Pergunta-se:

Deverá ser conhecido o recurso interposto? Tem o duplo grau de jurisdição estatutura constitucional? Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal? Fundamente as respostas.

4a Questão - Valor: 1,0 (um) ponto.

A imunidade parlamentar é renunciável? Por quê?

5a Questão - Valor: 1,0 (um) ponto.

Em relação aos direitos políticos, há distinção entre sufrágio e voto?

6a Questão - Valor 1,0 (um) ponto.

Distinguir impostos fixos, proporcionais e progressivos?

DISSERTAÇÃO - Valor: 3,0 (três) pontos.

CONCEITO ATUAL E CONCEITO TRADICIONAL DE CIDADANIA.

Grupo III matéria "B" DIREITO ADMINISTRATIVO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão n° 01 (Valor 1,5)

Quanto aos destinatários e sua retribuição, qual as diferenças entre os serviços "uti universi" e serviços "uti singuli"? Em que situação eles podem ser suspensos?

Questão n° 02 - (Valor 2,5)

Porque a denominada "p reclusão de efeitos internos" não tem o alcance da "coisa julgada judicial"?

Questão n° 03 - (Valor 1,5)

Em que consiste o princípio da verdade material no processo administrativo? Existe similar em outro ramo do direito?

Questão n° 04 - (Valor 2,5)

É possível ao Ministério Público solicitar a quebra de sigilo telefônico dos suspeitos por prática de ato de improbidade administrativa? Explique e fundamente.

Questão n° 05 - (Valor 2,0)

Determinado ordenador de despesas, necessitando divulgar atos típicos do órgão público que dirige, encaminha ofício aos órgãos de imprensa em geral solicitando a divulgação de que necessita. Executados os serviços, os órgãos de imprensa retornam ofício informando-o da execução dos serviços, remetendo-lhe cópias

das notas fiscais respectivas e solicitando o pagamento dos serviços já prestados. As despesas, a seguir são reconhecidas pelo mesmo e encaminhadas para empenho e pagamento.

Antes da Administração Pública efetuar o pagamento esses fatos chegam ao conhecimento do Ministério Público com a respectiva documentação comprobatória. Sendo você o órgão do Ministério Público com atribuições sobre o fato, qual providência jurídica tomaria? Explique e fundamente.